

RESENHA: LINGUAGEM, ESCOLA E DESIGUALDADE: ANÁLISE DA OBRA DE MAGDA SOARES E DADOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS

Andréia de Sena Rosa Lima¹

Universidade Federal do Piauí – UFPI

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8515-3287>.

E-mail: andreiasena1615@gmail.com

RESUMO

Esta resenha faz uma leitura crítica da obra *Linguagem e escola: uma perspectiva social*, de Magda Soares, no contexto das discussões sobre desigualdades educacionais e o fracasso escolar no Brasil. O trabalho tem por finalidade analisar criticamente as principais proposições da autora, articulando-as com os indicadores recentes do Saeb e do Ideb relativos aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, tanto no Brasil quanto no estado do Piauí. A abordagem assenta-se em uma perspectiva crítica e sociopolítica da educação. A base teórica apoia-se nas contribuições de Magda Soares, Basil Bernstein, William Labov e Pierre Bourdieu sobre as interações entre linguagem, instituição escolar e reprodução social. Os achados mostram que as variações linguísticas das camadas populares seguem sendo convertidas em instrumentos de exclusão no ambiente escolar. Conclui-se que a obra conserva sua pertinência, ao defender uma proposta educativa transformadora comprometida com a diminuição das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Linguagem; Desigualdade social; Escola; Sociolinguística; Fracasso escolar.

REVIEW: LANGUAGE, SCHOOL AND INEQUALITY: AN ANALYSIS OF MAGDA SOARES' WORK AND CONTEMPORARY EDUCATIONAL DATA

ABSTRACT

This review offers a critical reading of Magda Soares's work, *Language and School: A Social Perspective*, within the context of discussions on educational inequalities and school failure in Brazil. The aim is to critically to analyze the author's main propositions, articulating them with recent indicators from the SAEB and IDEB assessments related to the initial years of elementary education, both in Brazil and in the state of Piauí. The

¹ Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), integrado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Teresina, Piauí, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8515-3287>. E-mail: andreiasena1615@gmail.com.

approach is based on a critical and sociopolitical perspective of education. The theoretical basis draws on the contributions of Magda Soares, Basil Bernstein, William Labov, and Pierre Bourdieu on the interactions between language, the school institution, and social reproduction. The findings show that linguistic variations among the popular classes continue to be converted into instruments of exclusion in the school environment. It concludes that the work retains its relevance, advocating a transformative educational proposal committed to reducing social inequalities.

Keywords: Language; Social inequality; School; Sociolinguistics; School failure.

RESEÑA: LENGUAJE, ESCUELA Y DESIGUALDAD: ANÁLISIS DE OBRA DE MAGDA SOARES Y DATOS EDUCATIVOS CONTEMPORÁNEOS

RESUMEN

Esta reseña ofrece una lectura crítica de obra de Magda Soares, Lenguaje y escuela: una perspectiva social, en el contexto de los debates sobre las desigualdades educativas y el fracaso escolar en Brasil. El objetivo es analizar críticamente las principales propuestas de la autora, articulándolas con indicadores recientes de las evaluaciones SAEB e IDEB relacionadas con los primeros años de la educación primaria, tanto en Brasil como en el estado de Piauí. El enfoque se basa en una perspectiva crítica y sociopolítica de la educación. La base teórica se fundamenta en las contribuciones de Magda Soares, Basil Bernstein, William Labov y Pierre Bourdieu sobre las interacciones entre el lenguaje, la institución escolar y la reproducción social. Los hallazgos muestran que las variaciones lingüísticas entre las clases populares continúan transformándose en instrumentos de exclusión en el entorno escolar. Se concluye que la obra conserva su relevancia, al abogar por una propuesta educativa transformadora comprometida con la reducción de las desigualdades sociales.

Palabras clave: Lenguaje; Desigualdad social; Escuela; Sociolingüística; Fracaso escolar.

APRESENTAÇÃO

Publicada em meados da década de 1980, em um contexto de redemocratização e de intensos debates sobre a função social da escola, a obra “Linguagem e Escola: uma perspectiva social”, de Magda Soares, constitui-se como um marco fundamental no pensamento educacional brasileiro. A autora, professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais, oferece uma análise rigorosa e contundente das relações entre linguagem, classe social e fracasso escolar, propondo um diálogo profícuo entre a Sociologia da Educação, a Sociologia da Linguagem e a Sociolinguística.

O objetivo central do livro é desvelar os mecanismos pelos quais a escola, particularmente no ensino da língua materna, transforma diferenças linguísticas das camadas populares em deficiências, contribuindo para a legitimação e perpetuação das desigualdades sociais. Mais de três décadas após sua publicação, a pertinência da análise de Soares permanece inquestionável, sobretudo quando confrontada com os dados educacionais contemporâneos, como os índices do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que evidenciam a persistência do fosso entre o desempenho de alunos de diferentes origens sociais.

Esta resenha visa analisar criticamente as principais teses da obra, articulando-as com os indicadores educacionais de 2023 e 2024 referentes aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Brasil e, em particular, no estado do Piauí. Busca-se, com este exercício, avaliar a atualidade do diagnóstico de Soares e compreender como suas categorias analíticas podem iluminar a interpretação dos dados contemporâneos.

A estrutura do livro é didática e dialética, conduzindo o leitor por um percurso que vai da constatação do fracasso escolar à proposição de caminhos para uma “escola transformadora”. A obra organiza-se em torno de três grandes eixos teóricos, que a autora apresenta e confronta ao longo dos capítulos.

Nos capítulos iniciais, Soares (2011) apresenta as primeiras explicações para o fracasso escolar das camadas populares, situando-as no que denomina “ideologia do dom” e “ideologia da deficiência cultural”. A primeira, de matriz psicológica, atribui o sucesso ou o fracasso a características inatas dos indivíduos, como aptidão, inteligência ou talento. A segunda, que ganhou força nos Estados Unidos na década de 1960 e se difundiu no Brasil nos anos 1970, desloca a causa do fracasso para o ambiente sociocultural do aluno, cunhando os conceitos de “privação cultural” e “déficit linguístico”.

É neste cenário que a autora insere a obra do sociólogo inglês Basil Bernstein, cujos primeiros trabalhos foram frequentemente interpretados como fundamento da hipótese do “déficit”. Bernstein postulava a existência de dois códigos linguísticos, ou seja, o “elaborado” e o “restrito”, associados, respectivamente, à classe média e à classe trabalhadora. O código restrito, mais contextualizado e implícito, estaria na

origem das dificuldades escolares das crianças das camadas populares, uma vez que a escola opera com e exige o código elaborado, portador de significados universalistas. A autora, contudo, alerta para o cuidado necessário ao interpretar Bernstein, distinguindo seus primeiros trabalhos de sua produção teórica posterior, mais complexa e menos propensa a uma leitura determinista.

A consequência prática dessa “patologização da pobreza”, como denuncia Soares (2011), foi a implementação de programas de “educação compensatória”, que pretendiam “corrigir” as supostas deficiências das crianças, intervindo precocemente em suas famílias e comunidades. O fracasso desses programas, reconhecido ainda na década de 1970 nos Estados Unidos, evidenciava a falácia de seus pressupostos: o problema não estava na criança ou em sua cultura, mas na própria escola, que se mostrava incapaz de dialogar com a diversidade.

O capítulo central da obra, “Diferença não é deficiência”, representa uma inflexão decisiva na argumentação. Soares (2011) recorre à Antropologia e à Sociolinguística para desconstruir o mito da deficiência linguística. Apoiando-se, sobretudo, nos trabalhos do sociolinguista norte-americano William Labov, a autora demonstra que não existem línguas ou variedades linguísticas superiores ou inferiores; todas são igualmente complexas, estruturadas e adequadas às necessidades comunicativas de seus falantes.

Labov, em suas pesquisas sobre o inglês não-padrão falado por negros e porto-riquenhos nos guetos de Nova Iorque, oferece uma crítica contundente à metodologia que fundamentava a teoria da privação verbal. As situações artificiais de entrevista, argumenta Labov, inibiam as crianças das camadas populares, que se sentiam ameaçadas e produziam uma fala monossilábica e defensiva. Quando observadas em contextos naturais e tranquilos, essas mesmas crianças evidenciavam uma linguagem complexa, logicamente estruturada e expressiva. O que a teoria do déficit tomava como “deficiência” não passava, portanto, de um produto metodológico, um comportamento de defesa diante de uma situação social díspare.

A autora, ao incorporar essa perspectiva, enfatiza que as variedades linguísticas das camadas populares não são desestruturadas ou ilógicas, mas sim diferentes. A ausência de concordância verbal no dialeto popular, por exemplo, não é um erro, mas a aplicação sistemática de uma regra gramatical própria, muitas vezes

mais econômica do que a do dialeto-padrão. A estigmatização dessas formas decorre, exclusivamente, de seu vínculo com falantes de baixo prestígio social, e não de qualquer propriedade linguística intrínseca. A solução, nesta perspectiva, apontaria para um “bidialetalismo funcional”, em que a escola ensinaria o dialeto de prestígio como um acréscimo à competência linguística do aluno, sem desqualificar sua variedade de origem.

No capítulo seguinte, Soares (2011) aprofunda a análise ao introduzir a perspectiva da Sociologia da Linguagem, particularmente a obra de Pierre Bourdieu. É neste momento que a autora transcende o debate estritamente linguístico para situá-lo no terreno das relações de poder e da reprodução social.

Para Bourdieu, a língua não é apenas um instrumento de comunicação, mas um “bem simbólico” que circula em um “mercado linguístico”. Nesse mercado, as diferentes formas de falar adquirem valores distintos: a variedade das classes dominantes é consagrada como “legítima” e converte-se em “capital linguístico”, rentável nas instâncias de consagração social, entre as quais a escola ocupa lugar central. As variedades das classes dominadas, por sua vez, são desvalorizadas e estigmatizadas.

Soares (2011) apropria-se do conceito de “capital linguístico escolarmente rentável” para explicar o mecanismo sutil pelo qual a escola opera a exclusão. A instituição escolar, ao eleger a variedade de prestígio como única legítima, pressupõe que os alunos já a dominem. Para aqueles oriundos das classes favorecidas, que a adquirem por familiarização em seu meio social, a escola cumpre uma função de aperfeiçoamento e legitimação de um capital já possuído. Para os alunos das camadas populares, que chegam à escola com um capital linguístico diverso e desvalorizado, a instituição, paradoxalmente, nega-lhes o acesso à variedade “legítima”. Ela ensina a reconhecer essa variedade como superior, mas não a conhecer, isto é, não a produzir e a consumir efetivamente.

É neste ponto que a proposição de Soares (2011) se revela em sua potência crítica, isto é, na escola de uma sociedade dividida em classes, a diferença linguística é sistematicamente transformada em deficiência. Este processo não é fruto de má-fé ou de incompetência individual de professores, mas da própria estrutura social que a escola, ainda que involuntariamente, ajuda a reproduzir. A “solução”, portanto, não

reside apenas em mudanças pedagógicas isoladas, mas na transformação das relações de dominação que engendram a própria escola.

No capítulo final, Soares (2011) enfrenta o desafio propositivo, recusando tanto o otimismo ingênuo da “escola redentora” quanto o pessimismo paralisante da “escola impotente”. Em seu lugar, preconiza a figura da “escola transformadora”, uma instituição consciente de seu papel político na luta contra as desigualdades e que assume a função de instrumentalizar as camadas populares para a participação social e a reivindicação de direitos.

Nesse contexto, a autora retoma a proposta do bidialetalismo, mas confere-lhe um novo significado, distinto daquele formulado pela teoria das diferenças. Não se trata de um “bidialetalismo funcional” destinado a adaptar o aluno às exigências de uma sociedade que não se questiona, mas de um “bidialetalismo para a transformação”. O objetivo é que as camadas populares se apropriem do dialeto de prestígio não para abandonar o seu, mas para adquirir mais um instrumento de luta. O domínio da considerada variedade legítima torna-se, assim, uma arma para desestabilizar o monopólio das classes dominantes sobre os bens simbólicos e para ampliar as condições de participação política e cultural.

A atualidade da análise de Magda Soares torna-se particularmente evidente quando confrontamos suas ideias com os dados do Saeb e do Ideb referentes aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Brasil e no Piauí.

Os dados nacionais de 2023 revelam que, na rede pública brasileira, apenas 37% dos alunos dos Anos Iniciais alcançaram aprendizado adequado em Língua Portuguesa, e 40% em Matemática. A proficiência média em Língua Portuguesa foi de aproximadamente 207,6, enquanto na rede privada esse índice saltou para patamares muito superiores. A distorção idade-série, que mede o atraso escolar, cresce de 2,5% no 1º ano para expressivos 18,2% no 5º ano.

Esses números podem ser lidos à luz das categorias de Soares como a evidência empírica da transformação da diferença em deficiência. O “capital linguístico escolarmente rentável”, o domínio da norma culta exigida pela escola, é desigualmente distribuído desde a mais tenra idade. As crianças das camadas populares, falantes de variedades linguísticas estigmatizadas, chegam à escola em situação de desvantagem. A instituição, ao invés de tomar essa variedade como ponto

de partida, opera como um filtro que progressivamente as exclui, seja pela reprovação (que se intensifica a partir do 3º ano), seja pelo abandono, gerando os altos índices de distorção.

A “didática do reconhecimento” denunciada por Soares (2011), que ensina a reconhecer o dialeto de prestígio como superior, mas não a produzir, materializa-se nos baixos índices de proficiência. Os alunos aprendem que sua fala é “errada”, que existe uma forma “certa” de falar e escrever, mas não adquirem o domínio efetivo dessa forma. Permanecem, assim, à margem do mercado linguístico escolar, confirmando a profecia do fracasso que a própria escola ajudou a construir.

Os dados do Piauí, contudo, introduzem nuances importantes que enriquecem a análise. A rede pública piauiense apresenta indicadores de aprendizado superiores à média nacional: a proficiência em Língua Portuguesa atinge 213,7 (contra 207,6 no Brasil), e o percentual de alunos com aprendizado adequado é de 41% em Língua Portuguesa e 42% em Matemática, superando as médias nacionais da rede pública. O Ideb do estado, de 5,9, também é superior à média brasileira (5,7).

Este desempenho, à primeira vista, poderia sugerir que o Piauí logrou construir uma escola menos excludente, que em alguma medida consegue dialogar com a realidade de seus alunos. A hipótese de uma “escola transformadora”, ainda que embrionária, encontra aqui algum respaldo empírico, ou seja, é possível, sim, romper com a determinação social do fracasso e garantir aprendizagens significativas para as camadas populares.

No entanto, as contradições persistem e demandam uma leitura atenta. O Piauí apresenta um obstáculo no 5º ano, com taxas de reprovação superiores à média nacional (3,8% contra 3,0%). Este dado é emblemático. Mesmo quando o aluno demonstra ter aprendido, como indicam as notas de proficiência, a escola ainda encontra mecanismos para retê-lo. A distorção idade-série no estado, embora menor que a média nacional, ainda atinge 14,2% no 5º ano, e a permanência da geração mais velha (nascidos em 2003) é ligeiramente inferior à média do país (89% contra 91%).

Esses números sugerem que o avanço no aprendizado, por si só, não é suficiente para eliminar os mecanismos de exclusão apontados por Soares. A escola piauiense, mesmo ensinando melhor, ainda opera como instância de seleção e

hierarquização. A reprovação no 5º ano, porta de saída dos Anos Iniciais e entrada nos Anos Finais, funciona como um crivo que interrompe a trajetória de uma parcela significativa de alunos, projetando sobre seu futuro as marcas do atraso e da exclusão.

A obra de Soares ajuda a compreender essa aparente contradição. A “escola transformadora” que ela defende não se limita a garantir melhores notas em testes padronizados. Trata-se de uma escola que, consciente de seu papel político, assume a tarefa de fazer com que os alunos das camadas populares não apenas reconheçam, mas efetivamente se apropriem do capital linguístico e cultural socialmente rentável, assegurando-lhes, ao mesmo tempo, condições de permanência e progressão. Os dados do Piauí indicam que o estado avançou no primeiro aspecto (aprendizado), mas ainda enfrenta desafios no segundo (fluxo e permanência).

Em conclusão, “Linguagem e Escola” é, antes de tudo, uma obra de lucidez e coragem intelectual. Magda Soares não se limita a diagnosticar o problema; ela o desmonta peça por peça, revelando as engrenagens ideológicas que sustentam a transformação da diferença em deficiência. Ao fazê-lo, oferece aos educadores e pesquisadores um arcabouço teórico robusto para compreender as relações entre linguagem, classe social e fracasso escolar.

A articulação de sua análise com os dados contemporâneos do Saeb e do Ideb demonstra a perturbadora atualidade de seu diagnóstico. As desigualdades persistem, e a escola, apesar de inegáveis avanços no acesso e em alguns indicadores de aprendizado, ainda opera como instância de reprodução social. O caso do Piauí, com seus avanços e contradições, ilustra a complexidade do fenômeno e a necessidade de políticas educacionais que atuem simultaneamente sobre a qualidade do ensino, as condições de fluxo e a permanência dos alunos.

A principal contribuição da obra, contudo, reside em sua dimensão propositiva. Ao defender um “bidialetismo para a transformação”, Soares recoloca a questão da linguagem no terreno da política. O domínio da variedade de prestígio não é um fim em si mesmo, mas um instrumento para que as camadas populares possam, nas palavras da autora, “adquirir condições de participação na luta contra as desigualdades inerentes a essa estrutura” (Soares, 2011, p. 56). Trata-se, em última instância, de uma aposta na escola como espaço de resistência e de luta por uma

sociedade mais justa, uma aposta que, à luz dos dados, permanece mais necessária do que nunca.

REFERÊNCIAS

QEDU. **Use dados**. Transforme a educação. 2026. Disponível em: <https://qedu.org.br/>. Acesso em: 20 fev. 2026.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 1.ed. São Paulo: Ática, 2011.